

**COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER À
MEDIDA PROVISÓRIA N° 691, DE 2015**

ROTEIRO DE TRABALHO

Proposta do Relator Deputado LELO COIMBRA

Visando ao bom funcionamento desta Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 691, de 2015, sugerimos aos ilustres membros o presente roteiro de trabalho, cujo objetivo é formar a convicção dos parlamentares acerca da administração, alienação, transferência de gestão de imóveis da União e o seu uso para a constituição de fundos.

Devido ao exíguo prazo fixado no art. 62, §3º, da Constituição Federal (sessenta dias, prorrogável uma vez por igual período) para conversão em lei da Medida Provisória nº 691, publicada em 31 de agosto de 2015, propomos a realização das seguintes audiências públicas, a fim de ouvir especialistas e representantes dos setores que serão envolvidos na alienação e gestão de bens da União:

1. Representantes das Prefeituras dos Municípios elegidos por esta Comissão Mista, entre eles: Aracaju/SE, Belém/PA, Florianópolis/SC, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, Santos/SP, São Luís/MA, Vitória/ES.
2. Representantes da Secretaria de Patrimônio da União, Comando da Marinha (Ministério da Defesa), Ministério Público Federal, Advocacia Geral da União (Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente); Caixa Econômica Federal; Dr. Rodrigo Rabello Vieira, Procurador-Geral do Estado do Espírito Santo; e Procuradoria Municipal de Vitória/ES.
3. Representantes do Instituto do Registro Imobiliário do Brasil – IRIB; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – IPPUR; Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo – ABEA; e Sr. José Carlos Martins, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.
4. Dr. José Constantino Mazzocco (advogado especialista em Direito Público); Dr. Roberto José Pugliese (advogado, professor de Direito Notarial; Consultor Nacional da

Comissão de Direito Notarial e Registros Públicos do Conselho Federal da OAB, autor de diversos livros, entre eles, “Terrenos de Marinha e seus acréscidos”); e Dr. Paraguassu Éleres (advogado, professor de Direito Agrário, especialista em agrimensura e autor do livro “Terras de marinha e terrenos marginais dos rios navegáveis”).

5. Outras que a Comissão Mista entender relevantes.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 2015

Deputado LELO COIMBRA (PMDB/ES)

Relator